

**EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.649.729 - MT (2017/0015769-2)**

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**  
**EMBARGANTE** : **MANUEL MARTINHO - ESPÓLIO**  
**REPR. POR** : **MANUEL MARTINHO JUNIOR - INVENTARIANTE**  
**ADVOGADOS** : **SÉRGIO PALOMARES - DF012526**  
CAROLINE DE SOUZA VIEIRA PALOMARES E OUTRO(S) -  
DF042763  
**EMBARGADO** : **AGROPECUÁRIA TANGARÁ S.A.**  
**ADVOGADO** : **RENATO CÉSAR VIANNA GOMES E OUTRO(S) - MT002713A**

**DECISÃO**

Trata-se de embargos de declaração (e-STJ fls. 1.489/1.497) opostos à decisão desta relatoria que negou provimento ao agravo.

O embargante alega omissão, tendo em vista que não teria sido analisada a divergência jurisprudencial suscitada no recurso.

Aponta ausência de debate sobre a devolução dos frutos do gado penhorado, o que, em seu entender, caracterizaria enriquecimento ilícito da parte recorrida.

Sustenta existir omissão sobre a ilegalidade da compensação determinada pelo acórdão, sem pedido reconvenicional, entre o uso do imóvel pelo recorrente e o gado penhorado e alienado sem autorização judicial.

Ao final, requer o acolhimento dos embargos declaratórios, a fim de que sejam sanados os pontos omissos e contraditórios, modificando-se a decisão monocrática.

O embargado deixou de impugnar (e-STJ fls. 1.500).

É o relatório.

Decido.

De início, no que se refere à omissão relativa à análise do dissídio jurisprudencial, importa ressaltar que a tese desenvolvida estava no mesmo contexto da irresignação fundamentada na alínea "a" do permissivo constitucional, conforme mencionado na decisão embargada (e-STJ fls. 1.480/1.481):

O recurso especial (e-STJ fls. 1.312/1.339), fundamentado no art. 105, III, alíneas "a" e "c", da CF, aponta ofensa aos arts. 1.214, 1.216 e 1.232 do CC/2002, sob o argumento de que a recorrida, de má-fé, após a penhora do gado de sua fazenda, teria alienado as reses sem autorização judicial. Argumenta que, embora o acórdão tenha reconhecido dolo e anulado o contrato, determinando o retorno das partes ao estado anterior, deixou de condenar a recorrida a restituir todos os frutos da coisa, ou seja, a procriação do rebanho. Apresenta, nesse contexto, dissídio jurisprudencial.

Portanto a controvérsia foi resolvida tanto pela alínea "a" quanto pelo dissídio de julgados, concluindo-se, nesse capítulo, ausente o prequestionamento.

Em outro ponto reputado omissos, o embargante afirma que o acórdão recorrido teria se manifestado sobre o pedido de devolução dos frutos civis, ao contrário do que foi

decidido pela decisão embargada.

Não está caracterizada omissão, mas irresignação com o provimento que entendeu aplicável a Súmula n. 282/STF, por falta de debate da tese na instância ordinária.

A decisão embargada foi expressa (e-STJ fls. 1.481/1.482):

No especial, o recorrente afirma, de início, violação dos arts. 1.214, 1.216 e 1.232 do CC/2002, sustentando que, embora procedente o pedido e anulado o contrato, quanto ao gado arrestado e alienado sem autorização judicial, o Tribunal de origem deixou de condenar a recorrida à indenização dos frutos do rebanho, ou seja, à procriação das reses.

Busca incluir nos cálculos as crias dos 3.248 (três mil duzentos e quarenta e oito) bovinos.

O TJMT anulou o contrato de compra e venda e determinou o retorno das partes ao estado anterior, estabelecendo diretrizes para a eficácia da decisão. Firmou ser necessária a restituição do imóvel à recorrida, atualmente na posse do recorrente. Além disso, determinou a indenização da venda do gado arrestado, compensando-se os valores com a quantia relativa ao uso da terra pelo recorrente, a ser apurada em liquidação.

Entretanto, no acórdão não houve debate sobre a indenização dos frutos, conforme se observa no seguinte excerto (e-STJ fls. 1.211/1.216):

[...]

O único aspecto decidido no aresto sobre o gado refere-se à possibilidade de compensação da indenização pelo uso da terra com o "valor das reses alienadas".

Inexistiu debate específico acerca de incluir-se, no cálculo, a evolução do rebanho.

Assim, incide o óbice da Súmula n. 282 do STF.

Segundo assentou-se na jurisprudência desta Corte Superior, "o STJ não reconhece o prequestionamento pela simples interposição de embargos de declaração (Súmula 211). Persistindo a omissão, é necessária a interposição de recurso especial por afronta ao art. 1.022 do CPC de 2015 (antigo art. 535 do Código de Processo Civil de 1973), sob pena de perseverar o óbice da ausência de prequestionamento" (AgInt no AREsp n. 1.098.633/MG, Relator Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 12/9/2017, DJe 15/9/2017), o que não ocorreu.

Por fim, a terceira omissão apontada refere-se à impossibilidade legal de compensação entre o valor do gado alienado ilegalmente e o uso do imóvel pelo embargante.

Inexiste omissão a ser suprida. O recorrente busca apenas alterar a conclusão sobre a possibilidade de compensação das verbas por ser mera decorrência lógica da anulação contratual, independentemente de pedido reconvenicional.

A propósito, o seguinte excerto (e-STJ fls. 1.483/1.484):

Como decorrência da anulação do contrato, o Tribunal de origem determinou o retorno das partes ao estado anterior à avença, nos termos do art. 182 do CC/2002: "Anulado o negócio jurídico, restituir-se-ão as partes ao estado em que antes dele se achavam, e, não sendo possível restituí-las, serão indenizadas com o equivalente."

A indenização pelo uso da terra, sem contrapartida, por vários anos constitui simples decorrência do julgamento, inexistindo violação do princípio da demanda. Evita-se, desse modo, enriquecimento sem causa de uma das partes.

Nessa linha, os seguintes julgados:

**AGRAVO INTERNO NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC) - AÇÃO CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS - DELIBERAÇÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO. INSURGÊNCIA DO AUTOR.**

**1. Não há julgamento extra petita quando a decisão representa mera**

**consequência lógica do julgado, estando seus contornos dentro do limite da prestação jurisdicional. Hipótese dos autos.** Precedentes do STJ: AgRg no REsp 1.236.431/RJ, Rel. Ministro Sidnei Beneti, DJe 08.11.2012); AgRg no AREsp 175.655/SP, desta Relatoria, DJe 04.09.2012; AgRg no Ag 1.343.635/SP, Rel. Min. Nancy Andrighi, DJe 11.05.2011.

2. Agravo interno desprovido.

(AgInt nos EDcl no AREsp 101.716/RS, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 27/06/2017, DJe 01/08/2017)

AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. COMPRA E VENDA. RESCISÃO. CULPA DA VENDEDORA. RESTITUIÇÃO DOS VALORES PAGOS AOS COMPRADORES. FRUIÇÃO DO IMÓVEL. INDENIZAÇÃO DEVIDA À VENDEDORA DURANTE O PERÍODO EM QUE A POSSE FOI EXERCIDA PELO COMPRADOR.

**1. É cabível indenização à vendedora pelo período em que o comprador usufruiu do imóvel.**

2. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no AREsp 763.015/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 26/09/2017, DJe 27/10/2017)

DIREITO DO CONSUMIDOR E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. CONTRATO DE PROMESSA DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL. RESCISÃO POR CULPA DA CONSTRUTORA (VENDEDOR). DEFEITOS DE CONSTRUÇÃO. ARBITRAMENTO DE ALUGUÉIS EM RAZÃO DO USO DO IMÓVEL. POSSIBILIDADE. PAGAMENTO, A TÍTULO DE SUCUMBÊNCIA, DE LAUDO CONFECCIONADO EXTRAJUDICIALMENTE PELA PARTE VENCEDORA. DESCABIMENTO. EXEGESE DOS ARTS. 19 E 20 DO CPC. INVERSÃO DE CLÁUSULA CONTRATUAL QUE PREVIA MULTA EXCLUSIVAMENTE EM BENEFÍCIO DO FORNECEDOR, PARA A HIPÓTESE DE MORA OU INADIMPLENTO DO CONSUMIDOR. POSSIBILIDADE.

**1. Apesar de a rescisão contratual ter ocorrido por culpa da construtora (fornecedor), é devido o pagamento de aluguéis, pelo adquirente (consumidor), em razão do tempo em que este ocupou o imóvel. O pagamento da verba consubstancia simples retribuição pelo usufruto do imóvel durante determinado interregno temporal, rubrica que não se relaciona diretamente com danos decorrentes do rompimento da avença, mas com a utilização de bem alheio. Daí por que se mostra desimportante indagar quem deu causa à rescisão do contrato, se o suporte jurídico da condenação é a vedação do enriquecimento sem causa. Precedentes.**

[...]

5. Recurso especial parcialmente provido.

(REsp 955.134/SC, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 16/08/2012, DJe 29/08/2012)

Os embargos declaratórios, em regra, não permitem rejugamento da causa, como pretende a parte ora embargante, sendo certo que o efeito modificativo pretendido é possível apenas em casos excepcionais, uma vez comprovada a existência dos mencionados vícios no julgado, o que não se evidencia no caso em exame.

Sob esse enfoque, o seguinte precedente:

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM**

RECURSO ESPECIAL. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. ALEGADA OMISSÃO, CONTRADIÇÃO E OBSCURIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. PRETENSÃO DA PARTE EM OBTER EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS REJEITADOS.

1. É inadmissível a interposição de embargos declaratórios para rediscutir questões tratadas e devidamente fundamentadas na decisão embargada, já que não são cabíveis para provocar novo julgamento da lide. Precedentes.

2. O simples descontentamento com o decisum, a despeito de legítimo, não tem o condão de tornar cabíveis os embargos de declaração, que servem ao aprimoramento da decisão, mas não à sua modificação, que só muito excepcionalmente é admitida.

3. Embargos de declaração rejeitados.

(EDcl no AgInt nos EDcl no AgRg no AREsp 738.681/RJ, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 6/11/2018, DJe 12/11/2018.)

Assim, não se constata nenhum dos casos de cabimento dos embargos declaratórios.

Em face do exposto, REJEITO os embargos de declaração.

Publique-se e intimem-se.

Brasília-DF, 19 de fevereiro de 2019.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator